

O significado da Cidadania em Portugal a partir de uma leitura crítica da mídia

The meaning of citizenship in Portugal from a critical reading of the Media

Simone Antoniaci Tuzzo

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás – UFG

Goiânia, Brasil

simonetuzzo@hotmail.com

Resumo — Este trabalho apresenta uma reflexão sobre os conceitos de cidadania e subcidadania apropriados pelos meios de comunicação de massa, a partir de uma análise crítica e de desconstrução de como a mídia utiliza-se desses termos. A pesquisa qualitativa faz parte do projeto Rupturas metodológicas para uma leitura crítica da mídia, desenvolvido pelos programas de Pós-Graduação em Comunicação das Universidades Federal de Goiás e do Rio de Janeiro e apresenta os resultados da segunda fase dessa investigação realizada em Portugal, durante o ano de 2014, ou seja, a partir de um ano de pesquisa com jornais impressos e eletrônicos, comparativos à pesquisa realizada no Brasil no ano de 2013. Trata-se de uma busca epistemológica sobre a relação entre mídia e processos de sociabilidade, socialização e exercício da cidadania nas sociedades contemporâneas.

Palavras Chave - cidadania; subcidadania; leitura crítica; mídia.

Abstract — This paper presents a reflection on the concepts of citizenship and undercitizenship appropriated by the mass media, from a critical analysis and deconstruction of how the media is used these terms. Qualitative research is part of the methodological design breaks for a critical media, developed by Graduate programs in Communication of the Federal University of Goiás and Rio de Janeiro and presents the results of the second phase of this research held in Portugal, during the year 2014, ie from a year of research with printed newspapers and electronic, comparative research conducted in Brazil in 2013. it is an epistemological search on the relationship between media and sociability processes, socialization and citizenship in contemporary societies.

Keywords - citizenship; undercitizenship; critical reading; media.

I. INTRODUÇÃO

Para continuar falando de Cidadania

Este é o segundo momento de uma pesquisa sobre a representação da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia, ou seja, como a mídia se utiliza da palavra cidadania, qual o seu significado no discurso midiático.

A primeira pesquisa foi realizada no Brasil em 2013, quando Tuzzo [1] fez um estudo para identificar os sentidos da palavra cidadania pela mídia, ou seja, não se trata de uma

abordagem sobre o significado da palavra, mas sim, o uso que se faz dela; como a mídia se apropria do conceito para gerar novos significados, nem sempre explícitos, mas a representação da cidadania pela mídia. Para Sodré [2], esses estudos fazem parte da responsabilidade que se deve ter com um novo pensamento crítico para aquilo que está aquém ou além de um conceito.

No Brasil é habitual ser encontrado, com certa veemência, a representação da palavra cidadania com o significado de subcidadania, ou seja, é comum a palavra cidadania nos meios de comunicação de massa impressos e eletrônicos designar uma condição de subcidadania. A cidadania aparece em vários textos ligada ao povo, à pobreza, à precariedade. Para Tuzzo [1] “A mídia apresenta o conceito de cidadania como algo em busca, o ideal de quem ainda não é cidadão e precisa chegar a essa categoria existencial”. A partir do discurso da mídia a autora também identifica que “o cidadão é aquele que está na sociedade de forma economicamente privilegiada e pode pagar pela cidadania, comprando saúde, educação, segurança, lazer, por exemplo, ou seja, a cidadania é comprada, é privada, disponível e acessível para quem pode pagar por ela. Assim, cidadania tem a ver com o privado e a busca da cidadania tem a ver com o que é público. Cidadania é a plenitude de existência do rico e a busca constante do pobre.

A busca pela cidadania no Brasil se dá pela falta dos elementos básicos de constituição da cidadania plena de direitos e deveres, ou seja, moradia, transporte, educação, saúde, segurança, lazer e consumo. Se pensarmos nos discursos midiáticos de um país da Europa, onde as representações sociais dos serviços governamentais nomeados acima fazem parte da rotina de qualquer morador de deste continente, como a palavra cidadania é utilizada? A motivação desta pesquisa está em descobrir em que termos a palavra cidadania é utilizada em um país onde o Estado arca com o cumprimento dos elementos constitutivos da formação de um indivíduo em cidadão.

Nesta pesquisa, realizada em 2014, a ideia foi apresentar em que contextos a palavra cidadania é utilizada pela mídia portuguesa. Quais são os significados de cidadania. Partindo da premissa de que a mídia pode dar novo significado às

palavras a partir das necessidades ou conveniências sociais, a palavra cidadania nos jornais impressos portugueses sofre conotações diferentes dos sentidos clássicos da cidadania?

Se pensarmos na cidadania plena, podemos nos basear no conceito firmado por Carvalho [3] que divide a conquista da cidadania em três chaves de direitos: civis, políticos e sociais.

Pinsky [4] corrobora afirmando que ser cidadão faz referência aos direitos civis, incluindo a liberdade, a vida, a igualdade social, ao direito de possuir propriedades; direitos políticos, como a possibilidade de escolha dos representantes de um determinado local, cidade, país e os sociais, que diz respeito à saúde, trabalho, transporte, educação, lazer, segurança.

Assim, este trabalho busca identificar se no discurso midiático português a palavra cidadania é utilizada para identificar esses direitos, ou se a palavra extrapola esses significados e passa a ter uma nova conotação. Além disso, esta pesquisa também busca identificar se nos discursos midiáticos é utilizada a palavra subcidadania, no mesmo sentido que a palavra adquire no Brasil, ou seja, de um desejo ou de uma busca pela cidadania.

O estudo da representação da palavra cidadania pela mídia portuguesa poderá reforçar ainda mais o desvio de significado clássico da palavra cidadania no Brasil.

II. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com a mídia impressa e eletrônica portuguesa no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, quando foram analisados os significados da palavra cidadania e se a mídia trabalha também com o conceito de subcidadania, ou seja, termos que explicassem o que a mídia apresenta por cidadania.

Quando a mesma pesquisa é feita no Brasil, é comum encontrarmos o termo **desejo de cidadania**. Considerando que o desejo é uma **expressão de falta**, desejar cidadania é um reforço de discurso de que ela não existe em sua plenitude para todas as pessoas. Assim, essa também foi uma inquietação sobre a possibilidade desse termo, ou outros semelhantes, ser ou não identificado na mídia de Portugal.

Foram selecionados 11 jornais de Lisboa, sendo 8 comercializados: Expresso; I; Sol; Jornal de Notícias; Correio da Manhã; Público; Diário de Notícias; Jornal de Negócios e 3 de distribuição gratuita, com amplo acesso à população que se utiliza de transportes públicos, como trens, metrô e ônibus, quais sejam: Câmara Municipal de Cascais; Destak; Metro.

O material utilizado foi extraído de jornais impressos e eletrônicos, tendo em vista que boa parte dos conteúdos está hoje também disponibilizado na Internet.

O universo da pesquisa foi composto por 77 textos que apresentavam a palavra cidadania a partir de matérias, notas, artigos, reportagens, opiniões, notícias, crônicas, enfim, o discurso midiático de forma geral atrelado ao conceito de cidadania.

A opção pela mídia impressa se firma na credibilidade que o jornal impresso exerce nos leitores e consumidores de mídia. Comumente o jornal impresso pauta as discussões diárias nos ambientes públicos e privados, sendo referência para a pauta de veículos eletrônicos como a TV, o rádio e a própria internet que iniciam o dia comentando as primeiras páginas de jornal e seus principais conteúdos diários. É comum os portugueses iniciarem o dia nas esplanadas apreciando um café e um jornal. Além disso, com as distribuições gratuitas de jornais nos transportes públicos, é também muito comum as viagens nesses transportes serem feitas com a leitura dos impressos.

Mesmo quando elege-se a plataforma digital para leitura do jornal impresso, a credibilidade do impresso consegue ser transferida para o dispositivo móvel, numa clara relação de fidelidade ao conteúdo do papel, produzido por empresas legitimadas pela sociedade.

A mídia como reorganizadora de sentidos passa a desempenhar um papel importante na construção daquilo que é ser cidadão, ou seja, o que a mídia entende e divulga como sendo cidadania é o que a sociedade terá a possibilidade de compreender como sendo real. Gracia [5] complementa esta ideia afirmando que “se a linguagem constitui-se num instrumento para representar a realidade, então sua análise pode nos informar sobre a natureza dessa mesma realidade”.

Aqui não está descartada a hipótese da realidade ser também uma representação midiática com credibilidade. Sobre isso Sodré [6] afirma que “o texto de jornal representa basicamente um tipo de intervenção na língua – com os recursos retóricos da clareza e da concisão – afinado com a estrutura ideológica do sistema informativo, cuja forma mais evidente é a presumida transparência da realidade, por meio da evidência noticiosa dos fatos. É, porém, uma presunção que esconde as refrações, as distorções e a mística do que se pretende erigir como espelho do real.”

A opção pela análise de discurso se pauta em Trigo [7] por sua característica de “Produzir enunciados teóricos, científicos, portanto lógicos acerca da realidade, a partir da sua observação subjetiva [...] ter ciência de alguma coisa significa, portanto, ser capaz de recortar no tempo e de separar no espaço a complexidade da realidade, tornando-a acessível por um discurso metódico”.

Como categoria de método empírico, conforme SOUSA [8], a análise de discurso pode ser descrita como “análise qualitativa, por vezes crítica, do discurso jornalístico, surja este como texto, imagens, sons, multimídia ou hipermedia. Englobaram-se nessa categoria metodológica, as análises semióticas e psicanalíticas do discurso jornalístico, a análise conversacional e a análise linguística (títulos e notícias)”.

Sousa [9] ainda complementa afirmando que: “A análise do discurso é um dos métodos científicos mais utilizados em ciências da comunicação. É muito empregue, por exemplo, para analisar conteúdos de jornais [...] a análise de discurso pode ser aplicada isoladamente ou em conciliação com outros métodos.”

Importante destacar que conforme afirma Resende [10], “o discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização”.

Para Correia [11], a análise do discurso pode ser caracterizada como um enfoque da linguagem que envolve também os níveis lexical, semântico, retórico e estilístico. Para o autor a análise de discurso também se preocupa com os significados locais, o estilo e a relação com o contexto de produção e de recepção. Assim, é sempre importante se preocupar com as práticas sociais ideológicas de produção de um discurso.

Van Dijk [12] vai além afirmando que “a Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso do poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político”.

A leitura crítica da mídia e a análise crítica de discurso adotadas para esta pesquisa estão pautadas também nos estudos da Escola de Frankfurt. Para Temer e Nery [13], “O Paradigma Crítico Radical está intimamente ligado às reflexões sobre cultura desenvolvidas pela filosofia clássica alemã”. Para Thompson [14] “a análise da indústria cultural feita por Horkheimer e Adorno (integrantes da Escola de Frankfurt), representa uma das tentativas mais corajosas realizadas por teóricos sociais e políticos para compreender a natureza e as consequências da comunicação de massa nas sociedades modernas”.

Freitag [15] afirma não haver dúvida de que o pensamento crítico da Escola de Frankfurt permanece vivo, virulento e polêmico como nunca, e por isso exige fidelidade às origens, mas também sugere uma renovação.

Tuzzo [1] corrobora, destacando que essa releitura, bem como a investigação da produção científica na área da comunicação, contribui para a concepção de um método de análise crítica da produção midiática nos dias atuais sobretudo voltados para os estudos da mídia em suas várias manifestações. Nesta proposta de pesquisa, portanto, o ponto de partida é o entendimento da crítica como possibilidade de re-descobrir – ou lançar um novo olhar – mais profundo, que permita desconstruir a realidade e a partir daí lance bases para propostas de transformação.

Dessa forma, parte-se de um processo de teorização do problema a partir do que a questão central apresenta como centro investigativo. Neste caso, a Mídia e a Cidadania são pontos de partida de uma interlocução para se pensar a questão central: “O que é cidadania no discurso midiático?”.

A dinâmica de uso da comunicação estratégica e simbólica que se faz pela linguagem semiótica é também um elemento fundamental para podermos chegar ao atual estágio de desenvolvimento da humanidade. Em tempos de internet, os conteúdos e sua recepção são entendidos como compreensão de sentidos cujo tema é profundamente estudado por Kerckhove [16] e Sodré [2].

Assim, o estudo dos processos comunicativos mediados e mediados é essencial para a compreensão da dinâmica das relações humanas. Para Sodré [2], a sociedade da cultura implica em um cultivo das possibilidades sensoriais em busca de um sentido emancipatório, diante da hegemonia mercadológica da mídia transnacional. Ainda segundo o autor, o desafio epistemológico e metodológico da comunicação é gerar uma compreensão e uma aplicação do que se conhece, a fim de que os participantes do discurso possam orientarem-se nas situações concretas da vida pelo sentido comunicativamente obtido.

Com base nessas afirmações podemos pensar que a leitura crítica da mídia se faz necessária para que a ideia de um discurso legitimado pela mídia possa ser questionada, analisada e não consumida sem apreciação. Afinal a língua é viva, sujeita a transformações em cada cultura e uma palavra pode sofrer modificações de uso com o tempo, com a dinâmica social, com as apropriações hegemônicas e contra hegemônicas ao longo de sua utilização.

III. O SIGNIFICADO DA CIDADANIA NO DISCURSO MIDIÁTICO PORTUGUÊS

Na análise de discurso da mídia a palavra cidadania é usada majoritariamente para designar nacionalidade, ou seja, aquele que nasceu em um determinado País; que é natural de algum lugar. O Jornal de Notícias [20] do mês de fevereiro apresenta uma matéria onde a palavra cidadão designa os nascidos na Síria: “Os cidadãos sírios são os principais responsáveis pelo aumento de massa de refugiados. No último ano, houve cerca de três milhões de sírios que atravessaram as fronteiras da Síria para os países vizinhos (Líbia, Turquia, Iraque e Jordânia) e 6.5 milhões de deslocados pelo território”.

Ou ainda o Jornal Público [17] que em janeiro de 2014 publicou o texto que faz referência aos nascidos em dois países europeus: “Sete anos depois da adesão de Romênia e Bulgária à União Europeia, os nove países que ainda mantinham restrições no acesso dos cidadãos dos dois países aos seus mercados de trabalho – Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Reino Unido, Luxemburgo, Malta e Holanda – tiveram de lhes pôr um fim”.

Ainda na mesma linha, o Jornal Sol [18], em outubro de 2014 afirmou que “no ano passado, mais 296 mil emigrantes registraram-se nos consulados de 20 países com maiores comunidades portuguesas. No total já são 3,8 milhões os cidadãos lusos que vivem fora do País”.

Em Portugal, assim como na Itália e outros países da Comunidade Europeia, Cidadão é aquele que nasce no país, legalmente considerado *do solo*, que vem do latim *jus soli* e por isso lhe é determinado o direito a viver no solo em que nasceu. Mas também há outra forma de classificar-se como cidadão Português que é o *direito de sangue*, derivado do latim *jus sanguinis*, ou seja descendente de Português que apesar de não ter nascido em solo Luso, possui o direito à nacionalidade, ou cidadania portuguesa.

Este princípio de reconhecimento da cidadania pelo sangue tem explicação e respaldo devido à grande migração de

européus nos séculos XIX e XX, época de recessão na Europa e incentivo à imigração, sobretudo para os países da América.

Após a estabilização da Europa, governos de algumas nações reconhecem o direito de sangue, justificando que essas pessoas poderiam ter nascido na Europa e se isso não ocorreu não foi por vontade dos ascendentes, mas por uma necessidade de sobrevivência e de busca feita por seus ascendentes por melhores condições de vida em outros Países.

Desta forma, quem nasce ou quem é descendente de Portugueses possui o direito à cidadania do País.

Encontra-se com grande frequência em textos da mídia a palavra cidadão ou cidadania para designar o oriundo de alguma localidade. Também é utilizada a palavra cidadão ou cidadania quando a mídia se refere às atividades disponibilizadas pela *Loja do Cidadão*, ou seja, um espaço físico mantido pelo Governo Português para prestação de serviços aos cidadãos no tocante a documentos e serviços.

O Jornal de Negócios [19], em julho de 2014, divulgou uma matéria que ilustra essa situação: “O ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional apontou como meta até 2020 a total digitalização da Administração Pública, com uma loja do cidadão por município apoiada por uma rede complementar de Espaços do Cidadãos e soluções de mobilidade”.

A palavra cidadão também é identificada nos discursos eleitorais, para designar o eleitor, numa clara relação do direito ao voto que o cidadão europeu possui. A matéria publicada no Jornal de Notícias [20] do mês de maio de 2014, após as eleições europeias é um exemplo desse discurso: “As eleições europeias foram decepcionantes, por muito previsível e bem merecido que seja o duro castigo infligido pelos cidadãos europeus à manifesta incompetência exibida pelo governo da União na gestão da crise da moeda única, nos últimos quatro anos!”

O Jornal Público [17] também publicou em maio de 2014 uma matéria onde isso pode ser verificado: “Emigrantes portugueses do município de Breckland, no leste do Reino Unido, alegam terem sido impedidos de votar nas eleições para o Parlamento Europeu de quinta-feira por questões burocráticas. Segundo a Comissão Eleitoral, os cidadãos da União Europeia (UE) podem votar para as autoridades ou organismos locais, mas não para o Parlamento Europeu.”

Além das eleições, as palavras cidadão ou cidadania podem ser verificadas em discursos que envolvam a política de uma forma geral, como neste comentário do ex-deputado Henrique Neto, divulgado em maio de 2014 pelo Jornal Expresso [21]: “Não creio que o plafonamento resolva o problema da sustentabilidade de um sistema que, por força da atuação arbitrária do governo, deixou de merecer a confiança dos cidadãos”.

Numa relação de direito do cidadão, o Jornal Destak [22] do mês de junho de 2014 traz uma matéria sobre o Google no seguinte contexto: “Depois da decisão da justiça europeia, que dá aos cidadãos o direito ao esquecimento digital, a Google disponibilizou um formulário online para os interessados em ver informações suas eliminadas da internet”.

Contudo, nos textos jornalísticos portugueses é comum o uso das palavras: mulher, homem, criança, jovem, estudantes, trabalhadores, população, pessoas da cidade, consumidores, munícipes, moradores, utentes, habitantes, enfim, palavras que no mesmo contexto no discurso jornalístico brasileiro são costumeiramente trocadas por cidadão.

Mesmo em matérias que fazem alusão às catástrofes e desgraças humanas como problemas de enchentes, segurança, saúde, inundações, o termo para designar os atingidos é *pessoas*. Para a mídia trata-se de pessoas sem abrigo ou com problemas, conforme pode ser visto na matéria do Jornal Público [17] de fevereiro de 2014 “Há cada vez mais sem-abrigo num país com um milhão de casas vazias. Impossível adiantar quantas pessoas estão sem casa, muito menos quantas a têm clandestina, como aquela rapariga que até já vendeu o cadeado que o amigo metera na porta. Na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo, aprovada em 2009, consta a promoção do conhecimento sobre o fenómeno. O Instituto de Segurança Social, porém, não esclarece quantas se encontram nesta situação”.

Em notícias sobre distúrbios de transporte como as greves de trens e metrô, os termos mais utilizados são *trabalhadores, usuários, passageiros ou clientes*, mas não cidadãos. O Jornal Diário de Notícias [23] em dezembro de 2014 divulgou a matéria sobre distúrbios com os comboios nos seguintes termos: “Um comboio ficou hoje retido no apeadeiro da Aveleda, em Braga, devido a confrontos entre passageiros, disse hoje à Lusa fonte da CP. O comboio, que seguia no sentido Braga-Porto, ficou retido na Aveleda, para que a polícia pudesse tomar conta da ocorrência, adiantou a mesma fonte”.

Nos textos midiáticos sobre educação também não é identificada a palavra cidadão. Nesse contexto a mídia refere-se às pessoas como *crianças ou adolescentes em idade escolar* ou *estudantes*, conforme pode ser verificado na matéria divulgada no Jornal Diário de Notícias [23] de junho de 2014: “Uma em cada cinco crianças em idade escolar usa óculos, devido, entre outras causas, ao aumento de tarefas e uso de computadores, disse hoje o oftalmologista Paulo Vale, alertando para a importância dos rastreios a partir dos três anos”.

Em outras situações como assaltos, crimes ou problemas sociais, verifica-se o uso dos termos: *portugueses detidos; pessoas revoltadas; moradores que reivindicam*, mas não se identifica a palavra cidadão ou cidadania. Neste sentido, o Jornal Público [17] divulgou uma matéria em maio de 2014 com o caráter de preservação da memória do 25 de Abril que trazia o seguinte conteúdo: “Vivia-se em pleno frenesim revolucionário pós-25 de Abril, e várias equipas de arquitectos – entre consagrados, jovens e estudantes – foram mobilizadas para as diferentes regiões do país, onde se lançaram a fazer

projectos com a participação e em diálogo directo com as populações. Os arquitectos projectavam, os moradores construíam, o Estado pagava os materiais...”.

Nas informações sobre saúde a palavra mais encontrada na mídia é *utente*, que significa usuário. Se a referência é para problemas de saúde os termos utilizados também são: *infectados* ou *doentes*. Como exemplo, o Jornal Diário de Notícias [23] no mês de janeiro de 2014 trouxe o seguinte texto: “Os centros de saúde vão começar a avaliar a satisfação dos utentes este ano e vão receber prémios pelo cumprimento de metas na área, pela primeira vez, e com um peso de 5% entre os indicadores a avaliar”.

O Jornal Correio da Manhã [24] de dezembro de 2014 publicou: “As cirurgias a doentes com tumores malignos aumentaram 2% no primeiro semestre de 2014, tendo sido operados mais 457 utentes do que em igual período de 2013, segundo o Ministério da Saúde”.

Mesmo quando a mídia refere-se a território, ou seja, literalmente o cidadão, também se apropria de outros termos como *membro de uma localidade* ou até em situações de problemas utiliza-se a palavra *refugiado*, conforme pode ser constatado no trecho a seguir da matéria publicada na edição especial do Jornal Público 2014 [17] “No final de 2013 tínhamos mais de 51 milhões de pessoas internamente deslocadas ou refugiadas por causa de conflitos, o que aconteceu pela primeira vez desde a II Guerra Mundial. Só que 2014 não vai ser melhor. Vou dar-lhe apenas uma breve descrição de alguns dos acontecimentos que tivemos de enfrentar no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Logo no princípio do ano houve o agravamento dramático da situação na República Centro-africana e no Sudão do Sul”.

A seguir serão apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

IV. CONCLUSÕES

A partir da análise crítica do discurso midiático Português, verifica-se que as palavras cidadania ou cidadão são utilizadas majoritariamente com o significado clássico, que designa direitos e deveres.

Quem nasce ou quem é descendente de Portugueses possui o direito à cidadania do país e a palavra cidadania na mídia portuguesa é utilizada principalmente para designar as características de nacionalidade tanto de Portugal, quanto de qualquer outro país.

Em Portugal a palavra cidadania não é banalizada, não é utilizada aleatoriamente e muito raramente é utilizada em conceitos diferentes do significado de *oriundo* do país ou para designar assuntos relacionados à política.

Se compararmos com o Brasil, onde a palavra cidadão é utilizada como sinónimo de mulher, homem, criança, jovem, estudante, trabalhador, população, pessoas da cidade, consumidores, municípios, moradores, habitantes, ou seja, onde existe uma banalização da palavra, pode-se verificar que em Portugal isso não ocorre.

No Brasil em várias situações a mídia utiliza a palavra cidadão, inclusive a busca pela cidadania que também se utiliza da palavra cidadão em referência à algo que falta para sua plenitude existencial. Condição também não verificada na mídia portuguesa.

Ainda que em Portugal também existam problemas de moradia, transporte, educação, saúde, segurança, lazer e consumo, os benefícios apresentados pelos governantes são maiores do que as dificuldades e os cidadãos podem usufruir desses serviços em seu dia-a-dia, sem ter que adquiri-los de forma privada.

Assim, podemos concluir que a conquista da cidadania plena é dependente do desenvolvimento das políticas públicas, pois mesmo aqueles que possuem um poder aquisitivo maior, também precisam das políticas governamentais para viver em uma sociedade mais equilibrada, mais digna e sem graves problemas que a falta dos elementos constitutivos da cidadania acarretam e atingem pessoas de todas as classes sociais.

Importante destacar que os direitos e deveres constitutivos da cidadania, respaldados e garantidos pelo Estado não deveriam ser confundidos com assistencialismo, como normalmente acontece no Brasil. Essa ideia se respalda nas desigualdades sociais, pois a partir do nível sócio econômico de cada cidadão, a espera por ações governamentais é modificada. A desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza de uma nação, acarreta níveis de pobreza e miséria que levam a uma dependência de benesses do Estado, mas isso tem consequências em todo o conjunto de pessoas habitantes da localidade e não somente nos mais necessitados. A cidadania também deve ser firmada no equilíbrio da sociedade.

Essa discussão não é recente e possui algumas leituras. Para alguns autores o Estado deve garantir a esperança de uma vida melhor, mas não necessariamente oferecê-la pois a existência das classes baixas é responsável pela manutenção de um sistema social. Por isso o assistencialismo é a garantia do *status quo*, necessário para o equilíbrio social. Para outros, essa ideia não mantém um equilíbrio, mas desestabiliza a sociedade e gera, entre outros problemas, as graves situações de violência urbana.

Se um dos elementos constitutivos da cidadania hoje é também o direito ao consumo, como afirmam autores como Baudrillard [25] e Canclini [26], a desigualdade econômica tem relação direta com a ideia de autoafirmação pela compra, o que faz com que alguns possam se sentir mais cidadãos do que outros, com base nos bens tangíveis e intangíveis que podem ser adquiridos a partir do dinheiro. Sobre isso a mídia também está presente com discursos que incentivam a compra e o pertencimento em determinados grupos sociais a partir do consumo.

No Brasil os elementos constitutivos da cidadania são privados, ou seja, o transporte baseado em caminhões e automóveis e não em trens, metrô, ônibus, bondes; a saúde firmada em convênios médicos e não em clínicas e hospitais públicos; o lazer em locais de acesso privado e não a manutenção de espaços públicos; a segurança que obriga a

população a residir em condomínios fechados, possuir carros blindados, viver cercada por câmeras e dispositivos de vigilância monitorados por empresas privadas; além do item mais marcante e que poderia ser considerado o responsável pelos demais problemas sociais que é a educação paga pelos pais quando criança ou pelos próprios estudantes quando mais velhos para que tenham um ensino de qualidade, mas, sobretudo, para que possam ter segurança dentro do estabelecimento de ensino que, em muitos casos, tornam-se ambientes insalubres.

Essa discussão pode ser encontrada também em Portugal, ainda que em menor escala, mas com tendências de um alerta para que isso não se torne um problema como o que ocorre no Brasil ou em outros países em desenvolvimento. O *Jornal Correio da Manhã* [24] em uma das matérias do mês de junho de 2014 afirmou que “o PS (Partido Socialista) acusou o Governo de insensibilidade social e de incapacidade em perceber que atrás de cada corte cego na proteção social há um cidadão a precisar de um Estado que combate as desigualdades sociais.”

Ou ainda na mesma linha o *Jornal Diário de Notícias* [20] no mês de abril de 2014 publicou: “Não toleraremos que os nossos cidadãos ainda sejam obrigados a ser duplamente tributados quando estão doentes, por haver quem mine a eficiência e rapidez do SNS (Sistema Nacional de Saúde) por dentro.

A busca pela cidadania no Brasil se dá pela falta dos elementos básicos de constituição da cidadania plena de direitos e deveres. No Brasil a cidadania tem que ser comprada, disponível para quem pode pagar pelos serviços que em países como Portugal, são garantidos pelas políticas públicas, como ensino, saúde, lazer, transporte e segurança... e isso pode ser verificado a partir da comparação dos discursos midiáticos dos dois países.

Desta forma, podemos concluir também que o discurso da mídia Portuguesa reafirma o desvio de significado, ou o ressignificado das palavras Cidadania e Cidadão no discurso da mídia Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] S. A. Tuzzo, “O lado *Sub* da Cidadania a partir de uma leitura crítica da Mídia”. In: PAIVA, Raquel e Tuzzo, Simone Antoniaci. *Comunidade, mídia e cidade: Possibilidades comunitárias na cidade hoje*. UFG/FIC. Goiânia: 2014.
- [2] M. Sodré, *As estratégias sensíveis: Afeto, m dia e política*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- [3] J. M. de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- [4] J. Pinski, “História da Cidadania”. In: Pinsky Jayme e Pinsky Carla (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.
- [5] T. I. Gracia, “O ‘giro linguístico’”. In: *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Lucipinio In iguez (coordenador). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- [6] M. Sodré, *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- [7] S. Trigo, “Ciências empíricas: método, mutabilidade teórica e nova gramática da comunicação científica”. In: *Quem tem medo da pesquisa empírica*. Barbosa, Marialva. Moraes, Osvaldo J. São Paulo: Intercom, 2011. pp. 283-303.
- [8] J. P. Sousa, “Quem tem medo da pesquisa empírica? Seguramente, não os pesquisadores portugueses em jornalismo”. In: *Quem tem medo da pesquisa empírica*. BARBOSA, Marialva. MORAIS, Osvaldo J. São Paulo: Intercom, 2011. pp. 305-321.
- [9] J. P. Souza, *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos m dia*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.
- [10] V. de M. Resende, *Análise de discurso crítica / Viviane Resende e Viviane Ramalho*. São Paulo: Contexto, 2006.
- [11] J. C. Correia, “Os estudos jornalísticos em Portugal: 30 anos de História”. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). *Jornalismo, História, Teoria e Metodologia: Perspectivas Luso-Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, pp. 12 – 92.
- [12] T. A. Van Dijk, *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2010.
- [13] A. C. R. P. Temer, V. C. A. NERY, *Para Entender as Teorias da Comunicação*. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- [14] J. B. Thompson, *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- [15] B. Freitag, *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- [16] D. de Kerckhove, *A pele da cultura*. São Paulo: Annablume, 2009.
- [17] *Jornal Público*. <http://www.publico.pt/>. Acesso de janeiro a dezembro de 2014.
- [18] *Jornal Sol*. <http://expresso.sapo.pt/>. Acesso de janeiro a dezembro de 2014.
- [19] *Jornal de Negócios*. <http://www.jornaldenegocios.pt/>. Acesso de janeiro a dezembro de 2014.
- [20] *Jornal de Notícias*. <http://www.jn.pt/>. Acesso de janeiro a dezembro de 2014.
- [21] *Jornal Expresso*. <http://expresso.sapo.pt/>. Acesso de janeiro a dezembro de 2014.
- [22] *Jornal Destak*. <http://www.destak.pt/>. Acesso de janeiro a dezembro de 2014.
- [23] *Jornal Diário de Notícias*. <http://www.dn.pt/>. Acesso de janeiro a dezembro de 2014.
- [24] *Jornal Correio da Manhã*. <http://www.cmjornal.xl.pt/>. Acesso de janeiro a dezembro de 2014.
- [25] J. Baudrillard, *A sociedade do consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- [26] N. G. Canclini, *Consumidores e cidad es*. Riod e Janeiro: UFRJ, 1999.